

RELAÇÕES MULTILATERAIS, IDENTIDADE & ECONOMIA GLOBAL



PAN-AFRICANISMO: RELAÇÕES MULTILATERAIS, IDENTIDADE & ECONOMIA GLOBAL ¹

MAURÍCIO WALDMAN ²

Senhora da quarta parte da superfície terrestre, compondo 14% da Humanidade e abrigando ampla diversidade étnica, religiosa, de línguas e culturas, a África desponta como a mais instigante das proposições que visam unir povos, grupos e países.

Visando corroborar tal afirmação, pode-se primeiramente apelar para o que explicita a própria compleição geográfica, histórica e cultural do continente. Configurando a mais compacta massa de terras emersas do Planeta e sendo ao mesmo tempo o berço da espécie humana, a África constitui por definição um ambiente intensamente tutelado pela ação humana durante dezenas de milhares de anos.

Isso significa que os africanos são herdeiros de uma longa trajetória calçada por incontáveis trocas sociais, culturais, econômicas, históricas e geográficas, conotando uma moldura continental preñe de vibrante diversidade. Simultaneamente, a África exibe rasgos comuns em toda sua extensão, singularidade que respalda a noção de uma *unidade objetiva do continente* ³.

Todavia, conquanto existam laços objetivos entrelaçando uma unidade continental, tal faculdade não permite pressupor que concepções unitárias irrompam mecanicamente na consciência social dos africanos. Afinal, tão importante quanto os dados objetivos, as percepções modeladas pelo imaginário são fundamentais para endossar as inferências encontradas na realidade concreta.

Nesse sentido, pautando considerandos do filósofo anglo-ganense Kwame Anthony Appiah, sublinhe-se que os modelos identitários apenas auferem significado efetivo no imaginário social *exclusivamente* na hipótese de estarem investidos da condição de uma *crença*, de uma *verdade* abonada pelas coletividades humanas.

Tratando-se de uma inflexão que se impõe inclusive a despeito de inserção objetiva, os modelos perceptivos usufruem de relativa autonomia diante da materialidade social, podendo, pelo inverso, constituir protagonistas das transformações que ocorrem no mundo concreto (WALDMAN, 2006; APPIAH, 1997: 20-19).

Assim, independentemente da unidade africana estar pautada no plano do tempo, do espaço e da cultura, enquanto uma ideia presente na consciência social dos povos da África, a noção de uma ampla comunidade pan-africana surge a partir de postulados de outra ordem, de aspirações unitárias construídas por grupos que de modo direto ou indireto, fizeram frente a opressão colonialista ocidental.

Mais do que tudo, é essa a faturação que sobrevém para animar potencialidades que de outra maneira, poderiam permanecer anônimas no campo das expectativas sociais dos africanos.

Na sequência, seria meritório registrar a evocação do ideal pan-africanista por duas organizações posicionadas como pedra de toque dos anseios pela unificação do continente: a *Organização da Unidade Africana* (OUA), ativa entre 1963-2002, e a *União Africana* (UA), que sucede a OUA a partir de 09-07-2002.

Expressando de modo cabal tanto os dilemas quanto as potencialidades de integração da África, as duas entidades adotaram a cidade de Adis Abeba como sede, opção nada fortuita em razão do forte simbolismo dessa urbe por sediar a capital da Etiópia, único país africano a manter-se livre do imperialismo europeu.

Ambas as instituições, postadas no centro do debate do associativismo africano, materializam a história contemporânea do pan-africanismo, assumindo, como resultado da contundência da globalização na sociedade moderna, uma coloração crescentemente impregnada de averbações econômicas.

Isso posto, seriam cabíveis pontuações gerais sobre a economia africana e as interfaces mantidas com o sistema global. Consecutivamente, informam as planilhas do World Bank (Banco Mundial) relativas ao ano de 2010 - com base no indicador da Paridade do Poder de Compra (PPC) ⁴ - que o Produto Bruto Global somava US\$ 76,287.673 trilhões ⁵, enquanto que a riqueza continental africana alcançava US\$ 3,025.969 trilhões ⁶. Qual seja: referendando uma fatia africana de 3,97% da economia planetária (Cf. WALDMAN, 2013a e 2013b).

Neste particular, seria acertado registrar que a contabilidade macroeconômica mantém estreito relacionamento com uma política de precificação e uma arquitetura de poder cuja natureza se materializa em diferentes escalas do espaço econômico: local, nacional, regional e global.

A partir desta perspectiva, ressalve-se, em conformidade com advertência pautada pelo economista catalão Joan Martinez Alier, que o magnífico *volume* de bens exportados

pela África não encontra correspondência na *remuneração* por estes mesmos produtos. Daí que entender a economia africana pressupõe em primeiríssimo lugar, *não confundir preço com valor* (WALDMAN, 2013a e 2013b; ALIER, 2011: 52).

Lado a lado com tais considerações de âmbito geral, pondere-se que as tabulações reportam ao universo das informações brutas e das médias estatísticas. Por isso mesmo, muitas nuances acabam diluídas nas tabulações, abstraindo conclusões que de outra sorte, ficariam realçadas por arranjos diferenciados de exposição dos dados.

Nesta ordem de considerações, um alerta indispensável estaria endereçado à questão da concentração da riqueza continental num reduzido elenco de nações mais poderosas.

Basta esclarecer que as doze primeiras economias do *ranking* africano - República da África do Sul (RSA), Egito, Nigéria, Argélia, Marrocos, Angola, Líbia, Sudão, Tunísia, Etiópia, Quênia e Tanzânia - perfazem 81,8% da riqueza continental. Neste conjunto, é mister sublinhar que o gigante sul-africano está a cavaleiro de 17,32% da economia de toda a África.

Outras inferências advêm da avaliação do PNB das nações mais bem aquinhoadas no interior dos organismos multilaterais e dos blocos econômicos regionais criados a partir dos anos 1960. Nessa perspectiva, os prontuários econômicos mostram o que segue:

- A Argélia concentra 45,36% da riqueza aquinhoadada pela União do Magreb Árabe (UMA), organismo multilateral que reúne cinco países ⁷;
- Angola detém 41,03% da economia da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), entidade que reúne 11 países-membros ⁸;
- Sozinha, a Nigéria agremia 63,52% da riqueza gerada no âmbito da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), bloco formado por 15 nações ⁹;
- Quanto à RSA, seu quinhão no tocante à *Southern African Customs Union* (União Aduaneira da África Meridional: SACU), chega a 99,88% do total, porcentagem que zera quaisquer dúvidas sobre o papel polarizador da África do Sul junto aos países que formam a entidade, dispostos no seu entorno geográfico imediato ¹⁰.
- Indicadores como estes, agregados a inferências de mote geopolítico e no plano das relações internacionais, revelam que em consonância com o protagonismo econômico, a África observa a projeção de certo número de *Estados-Diretores*, nações que assumem crescentemente um papel de hegemonia regional e/ou continental: Marrocos, Etiópia,

Argélia, RSA, Angola, Tanzânia, e Nigéria, dentre outros países, induzindo mudanças na economia continental africana.

Contudo, para além das economias mais influentes, transparecem pistas que permitem entender que o alento que atiza a economia continental não é privilégio de um seleto grupo de nações.

Projeções macroeconômicas antecipam que a África como um todo crescerá numa taxa média anual de 7% nos próximos 20 anos. Observa-se uma escalada predestinada a superar os indicadores da China, país prócer do crescimento acelerado.

Para conhecimento: no mundo, para o quadriênio 2011-2015, sete países africanos figurarão na lista dos dez com maior destaque econômico. Em 2011, mais de um terço dos países do continente cresceram pelo menos 6%. Por sua vez, Moçambique, Gana, Nigéria, Ruanda e Etiópia cravaram 7% de expansão econômica.

A mais ver, levantamentos do decênio 2001-2010 mostram Angola no topo da escalada global da economia: 11,1% por ano de expansão em média, índice superior ao da China, que foi de 10,5% (WALDMAN, 2013c: 32).

Nessa via de entendimento, a atuação de organizações econômicas operando em bases regionais, formando uniões aduaneiras, comunidades econômicas e áreas de comércio preferencial, categoria à qual pertencem os Blocos Regionais Africanos ou Comunidades Econômicas Regionais (CERs), órgãos também conhecidos pela nomenclatura *Regional Economic Communities* (RECs), passaram a solicitar o essencial da atenção dos analistas e pesquisadores.

Estas organizações regionais, lado a lado com entidades com atuação mais pontual e/ou específica, passaram a ser uma representação emblemática do associativismo africano, nitidamente marcado pela diversidade do mandato e da atuação destas instituições multilaterais (Figura 1).

Interpondo agora essas pontuações com a realidade do continente, seria inteligível aceder que a constituição de poderes supranacionais poderia efetivamente contribuir para uma decolagem econômica do continente em virtude de permitir a superação de diversos problemas estruturais, reduzindo a vulnerabilidade econômica da África.

A própria fragilidade do Estado africano recém-independente, a crônica falta de quadros preparados para gerir o aparato estatal e a incomensurável magnitude dos problemas a serem enfrentados certamente conspira em favor da opção pelo associativismo. Nesse

sentido, um diagnóstico cirúrgico do potencial do associativismo admitiria discriminar extensa fiação de efeitos positivos no curto, médio e longo prazo.

OITO PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS REGIONAIS	OITO ENTIDADES ADJUNTAS
EAC East African Community	SACU Southern African Customs Union
CEDEAO (ECOWAS em inglês) Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental	CEPGL Communauté Économique des Pays des Grand Lacs
CEEAC Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental	MRU Mano River Union
IGAD Intergovernmental Authority on Development	COI Commission de l'Océan Indien
UMA L'Union du Maghreb Arabe	CMA Common Monetary Area
SADC Southern African Development Community	CEMAC Commission de la Communauté Economique et Monétaire de l'Afrique Centrale
COMESA Common Market for Eastern and Southern Africa	UEMOA Union Economique et Monétaire Ouest Africaine
CEN-SAD Community of Sahel-Saharan States	WAMZ West African Monetary Zone

FIGURA 1: Quadro Sintético das Entidades Multilaterais Africanas (Baseado em WALDMAN, 2013a e 2013b)

Nessa declinação, atente-se para os benefícios inerentes, tal como frisados por diversas análises (Vide WALDMAN, 2013c, MOURÃO, 2010 e ADEDEJI, 2010), propiciados pelos órgãos de integração econômica:

- Dinamização da indústria de substituição de importações, inviável no marco de mercados internos de escassa expressão demográfica ¹¹;
- Garantia do acesso ao comércio marítimo para quatorze países africanos desprovidos de litoral ¹²;
- Aprimoramento da infraestrutura de comunicações;

- Harmonização das políticas monetárias;
- Capacitação do empreendedorismo, tanto do setor público quanto do privado;
- Mitigação da escassez de mão de obra qualificada;
- Diversificação do leque das opções tecnológicas;
- Proteção aos pequenos produtores;
- Coordenação das políticas industriais;
- Fortalecimento da posição dos países africanos nas negociações internacionais;
- Consolidação dos laços de complementaridade econômica.

Contudo, mesmo com um painel tão plural de possibilidades colocadas a disposição por organismos com mote na cooperação (cujo mandato precípua é exatamente ofertar fluidez às interações multilaterais), o histórico dos blocos regionais tem sido pespontado por resultados bastante modestos, excluindo *a priori* rompantes de otimismo fácil quanto à integração pan-africanista.

Inversamente, chama a atenção dos especialistas que muitos países africanos parecem ignorar o continente onde estão situados. Iniciemos pelo essencial: o comércio interno aos países dos blocos tem ocorrido numa escala aquém do previsto, patinando em índices pouco relevantes.

Para arrematar, no geral, as economias nacionais africanas permutam no continente fração acanhada das exportações e importações. Na África, somente dois países - Togo e Djibuti - têm no comércio inter-regional uma proporção superior à metade dos seus numerários (respectivamente 79% e 62%). Num patamar bem menos expressivo, dez outros países despacham 30% do que produzem para outras nações africanas ¹³.

Preocupa também que fração mínima do comércio exterior das sete economias mais dinâmicas, incluídas nesse conjunto as nações exportadoras de petróleo e a poderosa RSA ¹⁴, tenha por alvo o mercado continental.

Destarte, o comércio interafricano é virtualmente dominado por um pequeno grupo de nações. Nesta perspectiva, Nigéria, Costa do Marfim, Quênia, Egito e a RSA somam 62,3% das exportações realizadas entre parceiros africanos. Mesmo assim, nesse

segmento a RSA monopoliza 50% do balanço dos países comercialmente mais ativos (Cf. WALDMAN, 2013b: 63-64).

Com base nesse cenário, a criação da União Africana em 2002, configurando tentativa de associar o continentalismo africano à nova agenda internacional, com premissas na abertura econômica, governança eficiente, garantia de segurança, democracia e direitos humanos, certamente ostenta uma série de conquistas positivas.

Nas duas últimas décadas, conflitos endêmicos foram superados e a governabilidade foi consolidada, avanços embalados por indicadores a explicitar o enorme potencial econômico da África. Em síntese: temos realizações que parecem justificar a atmosfera efervescente que animou as teses do Renascimento Africano (*African Renaissance*).

Mas, a transposição de modelos multilaterais originalmente elaborados pelas nações do Hemisfério Norte, fundamentados em paradigmas que desconsideram o perfil econômico e financeiro específico da África, explicam diversos percalços enfrentados pelo pan-africanismo.

Trata-se de clara advertência do quanto as teorias e modelos de integração devem atender demandas de adaptação em contextos particulares, sob pena de instalar confusões, angústias e insucessos (MOURÃO, 2010: 5).

Nesta senda, haveria de ser reclamada a seara do político. Nos primeiros passos da descolonização da África, era certamente o líder ganense Kwame Nkrumah quem mostrava o caminho. Despontando como liderança continental, as ações do *Osagyefo*¹⁵ ganense estavam alicerçadas num célebre *slogan* que logo se tornaria a marca registrada da sua agenda programática: “*Procurai primeiro o reino político e todo o restante virá por acréscimo*”.

Para Nkrumah, a soberania política seria a pedra fundamental para que os africanos viabilizassem transformações a partir de novos contratos sociais e econômicos. Por outro lado, conforme a voz dos seus críticos, o bordão cunhado por Nkrumah obscurecia uma distinção seminal ensinada pela boa filosofia: a que se estabelece entre *condição necessária* e *condição suficiente*.

Indiscutivelmente, *a soberania política é condição necessária* para satisfazer aspirações essenciais dos povos colonizados. *Mas, por si só a soberania política não é suficiente para alcançá-las.*

No que não permitiria qualquer sombra de dúvida, as intrusões neocolonialistas que atravessam a história contemporânea da África estão aí a provar o que afirmamos.

Nesse exato sentido a preponderância dada por Kwame Nkrumah à esfera do político terminou alvo das mais duras provas e questionamentos (MAZRUI, 2010: 125).

Todavia, nesse imbróglio haveríamos de tecer um fio de considerações dizendo respeito à compreensão da África no *sistema político mundial*, ou dito de outra forma, *novamente reafirmando o reino do político*. Este, apesar de insuficiente para vitaminar a integração africana, não deixou de ser o que é: *necessário*.

Atendo-nos a uma equação disposta a balancear duas variáveis matriciais - a do econômico e a do político - localizamos a África no cerne de uma problemática cujo nexos mais abrangente sinaliza que a sociedade mundial está esbarrando num espaço mundial cada vez mais carente de vazios. Isto é: de novas fronteiras econômicas e áreas de expansão.

Fenômeno que se avoluma desde os alvares da Modernidade, este, já no final do Século XIX foi alçado a um ponto tal que permitiu ao filósofo e escritor francês Paul Valéry afirmar: *“Não mais existem vazios sobre o mapa. Começa a era do mundo finito”*.

Neste sentido, averbando os ditames de um *mundo finito carente de espaços vazios*, o espaço planetário se vê instado a flexionar uma interlocução a cujos pares, não está permitido ignorar oscilações e resiliências.

É diante desse quadro, no qual as sociedades não têm como esquecer o fato global, que a África das fronteiras da finitude dos recursos tem sido festejada referência do noticiário econômico e do multilateralismo. A confirmar este ponto, basta consultar as estatísticas referentes às *commodities*¹⁶, que tem na África um manancial privilegiado de insumos que em grau crescente, abastecem as economias afluentes.

Contudo, ao mesmo tempo o continente permanece anônimo na percepção positiva do imaginário ocidental. Não seria despropositado anotar que ainda existem até mesmo os que teimam em questionar a anterioridade cultural da África, quando não se recusando a reconhecê-la como civilização (Cf. WALDMAN *et alli*, 2007: 280-283).

Seja como for, desafiando dificuldades e obstáculos colocados por forças negadoras da sua identidade, a África tem diuturnamente recolocado os marcos de uma *comunidade de destino* que persevera na busca da unidade.

Recorda argutamente o economista burkinense Youssoupha MBENGE (*passim* 2013), os contratempos da integração continental já teriam sido mais que suficientes para sepultar de vez o ideário pan-africanista.

Porém, se tal não aconteceu é porque a unidade africana encanta, cativa e seduz amplos setores da sociedade africana e da diáspora negra, mobilizando artistas, intelectuais, jovens e movimentos sociais, todos apontando para uma tomada de consciência dos novos desafios com que africanos e afrodescendentes tem sido confrontados nesse Século XXI (Cf. M'BOKOLO, 2012: 697).

A este respeito, recorda ainda o historiador nigeriano Ade Ajayi:

“A visão de uma nova sociedade africana deverá, necessariamente, elaborar-se na África, proceder da experiência histórica africana e do sentido próprio à continuidade da história africana. O africano ainda não é mestre do seu destino, contudo, ele tampouco segue como um objeto sujeito aos caprichos deste mesmo destino” (in ASANTE et CHANAIWA, 2010: 896).

Daí que o cenário requisita cautela, mas também inspira o inusitado. Mais do que tudo, está presente o devotado empenho de milhões de africanos em se contrapor ao desencanto, em abrir as portas do inédito, em tornar real o sonho de uma comunidade africana única, pujante e feliz, orgulhosa do seu passado, olhando corajosamente pra o futuro.

Um caminho emoldurado por anseios, promessas e esperanças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADEDEJI, Adebayo. *Estratégias comparadas de descolonização econômica*. Volume VIII: África desde 1935. In: História Geral da África, Capítulo 14, pp. 471-516. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010;
- ALIER, Joan Martinez. *El Ecologismo de Los Pobres - Conflictos Ambientales y Lenguajes de Valoración*. 5ª edição ampliada. Barcelona (Espanha): Icaria-Antrazyt-Flacso. 2011;
- APPIAH, Kwame Anthony. *Na Casa do Meu Pai - A África na Filosofia da Cultura*. Rio de Janeiro (RJ): Editora Contraponto. 1997;
- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília (DF): Editora da Universidade de Brasília. 1979;
- ASANTE, S. K. B. et CHANAIWA, David. Capítulo 24: *O Pan-africanismo e a Integração Regional*. Volume VIII: África desde 1935. In: História Geral da África, Capítulo 24, pp. 873-896. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010;
- IPEA-WB. *Ponte sobre o Atlântico: O Brasil e África, Parceria Sul-Sul para o Crescimento*. Brasília (DF): Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e World Bank (WB - Banco Mundial). 2012;
- KIPRÉ, Pierre. Capítulo 13: *O desenvolvimento industrial e o crescimento urbano*. Volume VIII: África desde 1935 In: História Geral da África, pp. 430-469. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010;
- MAZRUI, Ali A. Capítulo 5: *Procurai primeiramente o reino político...* .Volume VIII: África desde 1935. In: História Geral da África, pp. 125-149. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010;
- MBENGE, Youssoupha. *Panafricanisme et Fondements Théoriques de la Dynamique Integrationniste Africaine*. Panafricanism & African Renaissance - 21th African Union Summit, 19-27 May, 2013, pp. 25-27. In: Au Echo: The Africa We Want, Special Issue for the 50th Anniversary of the OAU-AU, 1963-2013. Adis Abeba: União Africana. 2013;
- MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *África no Sistema Internacional*. Texto apresentado em Conferência no I Curso para Diplomatas Africanos no Instituto de

Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI). Rio de Janeiro (RJ), 05 a 30 de Junho de 2010. 2010;

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações*. Dois Volumes: Tomo I (Até o século XVIII) e Tomo II (Do século XIX aos nossos dias). Tradução de Alfredo Margarido. Salvador e São Paulo (BA/SP): Coedição Editora da Universidade Federal da Bahia e Casa das Áfricas. 2012;

UNESCO. *História Geral da África* (HGA). Edição da UNESCO com o apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação (MEC) e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). 2010;

WALDMAN, Maurício. *Meio Ambiente & Antropologia*. Série Meio Ambiente, nº. 6. São Paulo (SP): Editora SENAC. 2006;

_____. *Blocos Regionais Africanos: Compilação Estatística Essencial, Ano-base 2010*. Documento divulgado no XVIII Curso de Difusão Cultural do Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). Abril de 2013. 2013a;

_____. *O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais*. Relatório de Pesquisa de Pós-Doutorado. São Paulo (SP) e Brasília (DF): Depto. de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FFLCH-USP/ Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, CNPq. 2013b.

_____. *O Mapa de África em Sala de Aula: A persistência do imaginário da desqualificação na representação cartográfica escolar de África*. Texto de subsídio elaborado para o XVIII Curso de Difusão Cultural Introdução aos Estudos de África. Universidade de São Paulo (SP): Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). 2013c;

WALDMAN, Maurício *et alli*. *Memória D'África - A Temática Africana em Sala de Aula*. São Paulo (SP): Cortez Editora. Acesso: 11-09-2013. 2007.

WB: WORLD BANK. *World Development Indicators database*. World Bank edition: Washington. 1 July 2011. World Bank: <http://www.worldbank.org/>. 2011a;

¹ **Pan-Africanismo: Relações Multilaterais, Identidade & Economia Global** é um artigo eletrônico primeiramente disponibilizado em 20 de Novembro de 2014 na Home-Page da Cortez Editora sob o título *Caminhos da Unidade Africana*, elaborado como contribuição às comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra. Os dados deste material integraram a investigação *O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos: Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais*, pesquisa em nível de Pós-Doutorado realizada no âmbito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP, 2011-2013), desenvolvida sob supervisão do Professor Livre Docente Fernando Augusto Albuquerque Mourão (FFLCH-USP), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que aprovou o relatório final da pesquisa com distinção. A presente edição do texto **Pan-Africanismo: Relações Multilaterais, Identidade & Economia Global**, foi masterizada em 2017 pela **Editora Kotev (Kotev ©)** para fins de acesso livre na Internet, incorporando revisão ortográfica com base nas regras vigentes quanto à norma culta da língua portuguesa, cautelas de estilo e normatizações editoriais inerentes ao formato PDF, também permitindo consulta em aparelhos celulares. Ressalve-se que na reformatação, o texto original de 2014 foi levemente ampliado, agregando referências bibliográficas de interesse para os que desejam maior aprofundamento do tema. A confecção da nova edição do material contou com a Assistência de Editoração Eletrônica, Pareceres Técnicos e Tratamento Digital de Imagens do *webdesigner* Francesco Antonio Picciolo, Contato E-mail: francesco_antonio@hotmail.com, Home-Page: www.harddesignweb.com.br. **Pan-Africanismo: Relações Multilaterais, Identidade & Economia Global** é um texto de caráter gratuito, sendo vedada qualquer modalidade de reprodução remunerada e divulgação sem prévia autorização do autor. Saliente-se que a citação de **Pan-Africanismo: Relações Multilaterais, Identidade & Economia Global** deve obrigatoriamente incorporar referências ao autor, texto e apensos editoriais conforme padrão modelar que segue: WALDMAN, Maurício. *Pan-Africanismo: Relações Multilaterais, Identidade & Economia Global*. Série Africanidades Nº. 20. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2017.

² **MAURÍCIO WALDMAN** é professor universitário, pesquisador acadêmico, jornalista, editor, consultor e antropólogo africanista, com Graduação em Sociologia (USP, 1982), Mestrado em Antropologia (USP, 1997), Doutorado em Geografia (USP, 2006), Pós-Doutorado em Geociências (UNICAMP, 2011), Pós-Doutorado em Relações Internacionais (USP, 2013) e Pós-doutorado em Meio Ambiente (PNPD-CAPES, 2015). Dois dos títulos das pesquisas do autor, Mestrado em Antropologia (USP, 1997) e Pós-Doutorado em Relações Internacionais (USP, 2013), constituem trabalhos com área de concentração em África. Waldman foi colaborador de Chico Mendes (1988), integrou o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI, 1988-1990) e atuou como membro da diretoria da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção São Paulo (AGB-SP, 2002-2003). No campo do conhecimento africanista, atuou como consultor internacional da Câmara de Comércio Afro-

Brasileira (2013-2017), e durante dez anos (2004-2014), como professor nos cursos de difusão cultural do Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). Waldman foi consultor do Instituto Paulo Freire no campo temático de África e realidade negra brasileira, também desenvolvendo palestras e conferências sobre África & Africanidades em dezenas de cidades brasileiras. Maurício Waldman responde pela autoria de 210 artigos, resenhas, projetos e textos científicos centrados no temário de África & Africanidades. Dentre outros veículos de mídia impressa, os textos de Waldman foram regularmente publicados pela revista África (CEA-USP), Jornal Cultura (Luanda, Angola), revista Brasil-Angola Magazine (São Paulo), revista Contemporartes (Curitiba) e Portal Instituto Afro (São Paulo). É autor de *Africanidade, Espaço e Tradição: A Topologia do Imaginário Espacial Tradicional Africano na fala griot sobre Sundjata Keita do Mali* (Revista África, coedição CEA-USP/Editora Humanitas, 1997-1998, volume 20/21, pp. 219-268), *paper* considerado internacionalmente relevante pelo *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), o mais influente centro de investigações mantido pelo governo francês (Ficha Catalográfica: < http://mw.pro.br/mw/cat.inist.fra_2017_kotev.pdf >). Maurício Waldman é coautor de *Memória D'África: A Temática Africana em Sala de Aula* (Cortez Editora, 2007), obra de referência no campo africanista brasileiro.

Mais Informação:

Portal do Professor Maurício Waldman: www.mw.pro.br

Maurício Waldman - Textos Masterizados: <http://mwtextos.com.br/>

Currículo Lattes-CNPq: <http://lattes.cnpq.br/3749636915642474>

Verbete Wikipedia (BrE): http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio_Waldman

Contato Email: mw@mw.pro.br

³ Nessa perspectiva, há que ser mencionado o feito materializado na proposta da *História Geral da África* (HGA), coleção patrocinada pela UNESCO (2010) hoje perfilando oito volumes. Essa série, resultante de trabalho iniciado em 1964 e que se estende até os nossos dias, constitui o maior monumento intelectual centrado na assunção da unidade da África, diretriz que torna a HGA uma fonte de informação indispensável a todos que pretendem um conhecimento apurado do continente.

⁴ Também conhecido como *Purchasing Power Parity* (PPP) ou ainda Paridade do Poder Aquisitivo (PPA), o PPC configura metodologia alternativa à taxa de câmbio para o cálculo do potencial de compra das diversas economias que integram o espaço mundial. O PPC indica um numerário necessário para adquirir idênticos bens e serviços em diferentes nações, no geral adotando como indexador o dólar norte-americano (US\$). Tal metodologia faz sentido em vista de que os preços dos bens e serviços não só diferirem de um país para outro, como implicam, para serem adquiridos, numa carga de esforços diferente de uma nação para outra. A partir dessas ressalvas, chega-se à noção de Produto Nacional Bruto Real (PNB Real), referência indispensável num contexto internacional perpassado em grau crescente por fluxos financeiros e econômicos globais. Assim, o PNB Real ou *Gross Domestic Product* (GDP), diferencia-se do PNB nominal por esse último dizer respeito a valores

calculados em preços correntes.

⁵ O levantamento do World Bank abrange 178 países independentes e as duas Regiões Administrativas Especiais da República Popular da China (RPC), Macau e Hong-Kong, tratadas em separado na pesquisa. Entidades políticas cuja legitimidade é tida como nebulosa, caso da República Turca do Norte de Chipre, Transnístria, Abkhazia e Ossétia do Sul, estão excluídas deste emolumento estatístico.

⁶ As planilhas do Banco Mundial de 2010 não incluem a Somália e o Zimbábwe. No caso da Tanzânia, os valores indexados são os da parte continental do país (ou seja, a antiga Tanganica, excluindo as ilhas de Pemba e Zanzibar, parte da Federação da Tanzânia). Quanto ao Saara Ocidental, o PNB do território foi computado no cálculo do PNB marroquino. Em suma: os números apresentados se referem a 52 dos 54 Estados africanos soberanos.

⁷ Argélia, Tunísia, Mauritânia, Líbia e Marrocos.

⁸ Angola, Burundi, Ruanda, Camarões, RDC, República Centro-Africana (RCA), República do Congo, São Tomé e Príncipe, Chade, Gabão e Guiné Equatorial.

⁹ Mali, Niger, Burkina Faso, Nigéria, Togo, Benim, Gana, Costa do Marfim, Libéria, Serra Leoa, Guiné, Guiné Bissau, Gâmbia, Senegal e Cabo Verde.

¹⁰ A SACU, criada em 1910 pelos então mandatários britânicos, reúne hoje os cinco países da África Meridional, a África do Sul somada ao Bloco BNLS: Botswana, Namíbia, Lesotho e Suazilândia. Forma o mais antigo Acordo Regional de Comércio (ACR) em vigência no mundo.

¹¹ Esta observação importa por questionar uma imagem difusa que imputa à África as mazelas da superpopulação. Devemos reter que dentre os fatores que justificam a fragilidade do desenvolvimento industrial africano está o fraco nível de integração das empresas industriais a mercados que o subpovoamento restringe consideravelmente (KIPRÉ, 2011: 450). Em especial, tal admoestação está dirigida para seis países africanos: Seychelles, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Comoros, Guiné Equatorial e Djibuti, todos com menos de um milhão de habitantes. Ademais, o continente apresenta quatorze nações com população inferior a cinco milhões, fato também pode configurar um óbice em determinados contextos ou conjunturas econômicas. Detalhe matricial é a polarização demográfica, pois 51% da população da África Negra está concentrada em somente cinco nações: Nigéria, Etiópia, RDC, RSA e Tanzânia (WALDMAN, 2013b).

¹² Quatorze nações do continente não dispõem de acesso ao mar: Mali, Niger, Chad, Etiópia, Uganda, Ruanda, Burundi, Malawi, Botswana, Zâmbia, Zimbábwe, Lesotho, Suazilândia e Sudão do Sul. Note-se que os países não-litorâneos da África perfazem 40% da população do continente (IPEA-WB, 2012: 23).

¹³ Benim, Costa do Marfim, Djibuti, Quênia, Niger, Senegal, Togo, Uganda, Zâmbia e Zimbábwe.

¹⁴ Argélia, Angola, Egito, Líbia, Nigéria, Marrocos e África do Sul.

¹⁵ Epíteto difundido após a vitória que elegeu Nkrumah como Primeiro-Ministro de Gana, significando “Líder Vitorioso”, “Salvador”, “Libertador” ou “Redentor” numa

tradução livre a partir do idioma Twi, falado pelos Akan, que habitam as regiões central e meridional de Gana.

¹⁶ O jargão econômico reconhece como *commodities* produtos *in natura*, oriundos da agricultura, da pecuária ou da extração mineral, que podem ser estocados por certo tempo sem perda sensível de qualidade. Confira-se que a definição também pode incluir insumos como a água doce em seu *stricto sensu*.

SAIBA MAIS SOBRE A ECONOMIA AFRICANA



REPENSANDO A ECONOMIA AFRICANA

Maurício Waldman



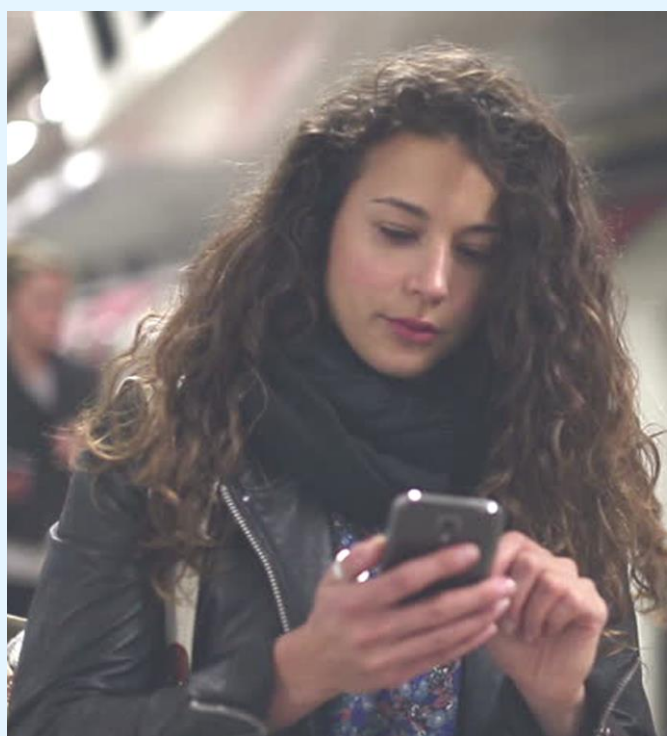
**EDITORA KOTEV
AFRICANIDADES 4**

http://mw.pro.br/mw/africanidades_04.pdf

CONHEÇA A SÉRIE AFRICANIDADES



<http://mwtextos.com.br/serie-africanidades/>



EDITORA KOTEV
Sintonizada com
o Futuro Digital



EDITORA KOTEV
INFORMAÇÃO ÚTIL, ÁGIL E INTELIGENTE

Os debates sobre **ÁFRICA & AFRICANIDADES** são um pilar central de atuação da EDITORA KOTEV, publicadora digital que entrou em atividades no ano de 2016. Também trabalhamos com temas relacionados com **RELAÇÕES INTERNACIONAIS, EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**. Saiba mais sobre a EDITORA KOTEV. Acesse nossa página: <http://kotev.com.br/>
Qualquer dúvida nos contate. Estamos à disposição para atendê-lo: atendimento@kotev.com.br